

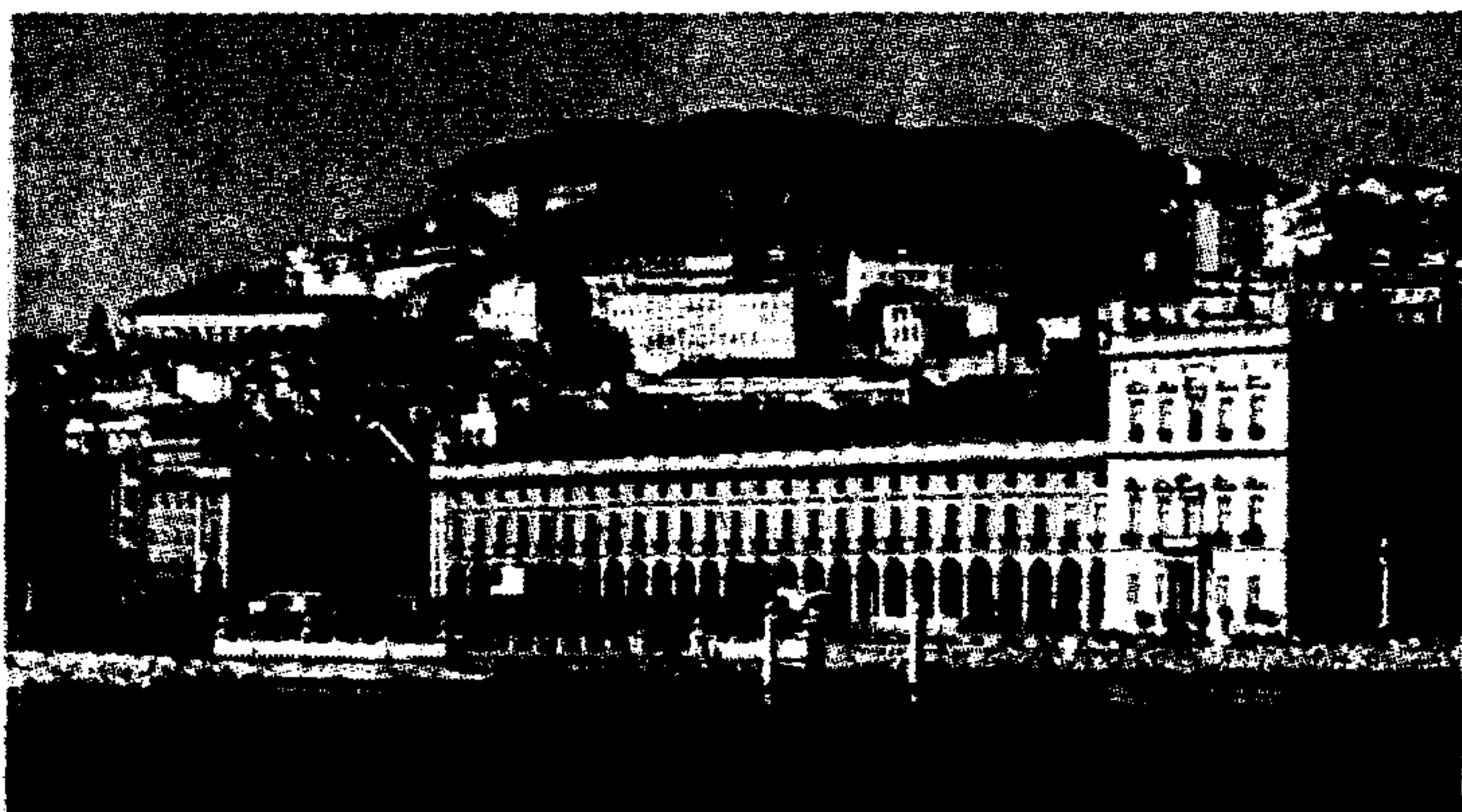
# o Diabo

SAI ÀS TERÇAS-FEIRAS



**JORNAL INDEPENDENTE**

## Governo despede pessoal para contratar privados



⇒ São mais de 600 milhões de euros que se gastam para substituir os funcionários dispensados.

E nós a pagar... » P.7

# cada vez mais em serviços externos

Para diminuir os encargos salariais em 4,6 milhões de euros o governo de Sócrates viu-se obrigado a recorrer a serviços externos que custaram mais de 600 milhões de euros, cerca de 4,1 por cento do PIB. Estranha engenharia financeira que resulta num pesado saldo negativo, como sempre suportado pelo bolso do contribuinte.

Até Julho deste ano o executivo de José Sócrates diminuiu os encargos com salários na Administração Central em 4,6 milhões de euros, mas aumentou para 627 milhões de euros no pagamento de serviços externos, contratados para colmatar as falhas originadas pela diminuição dos quadros da função pública.

Na perspectiva Bettencourt Picanço, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), "os números provam que a redução de quadros da função pública foi um erro crasso". Por um lado, a massa salarial diminuiu 4,6 milhões de euros mas, por outro, a aquisição de bens e serviços implicou despesas exageradas, que já ultrapassam os 600 milhões de euros. Ou seja, o Estado reduziu o número de funcionários públicos, mas depois adquiriu os serviços a empresas privadas, com um efeito contrário ao anunciado de redução de despesas.

O STE fez contas e concluiu que, em comparação com o mesmo período do ano passado, as despesas com aquisições de serviços aumentaram substancialmente em 2009 e deve representar no final do ano 4,1 por cento do PIB. "Relativamente à despesa do Estado em 'aquisição de serviços', onde figuram as componentes 'Outros Trabalhos Especializados', 'Outros Serviços', 'Estudos, pareceres e projectos de consultadoria', atingiu-se o total de 459 milhões de euros até Julho de 2009, equivalente a um acréscimo de 2,9 por cento face ao mesmo período de 2008.

Da análise dos elementos que foram facultados a O Diabo constatou-se que os cinco Ministérios que mais contribuíram para esse

aumento foram os da Administração Interna; Finanças e Administração Pública e Justiça, com taxas de crescimento particularmente elevadas, aos quais se juntam a Saúde e as Obras Públicas.

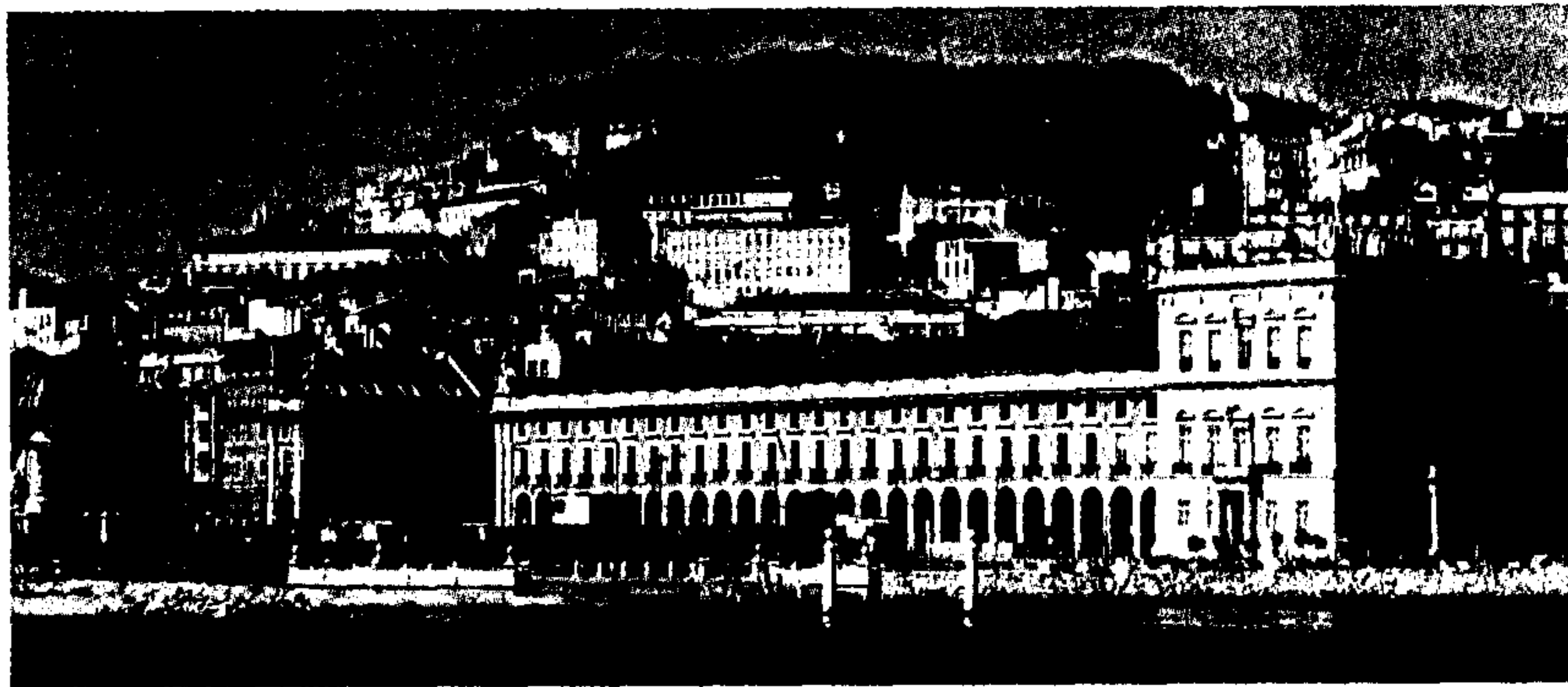
"Num período em que se deseja economizar gastos públicos, colocando trabalhadores da Administração Pública na mobilidade especial, torna-se chocante a utilização de recursos, provenientes dos impostos dos portugueses, para aumentar a despesa na aquisição de muitos serviços outrora desempenhados por aqueles", reafirma Bettencourt Picanço.

O STE estima que os gastos com a aquisição de serviços continuam a crescer durante o corrente ano, "o que era evitável se não se colocassem os funcionários em mobilidade. A generalidade dos trabalhadores da Administração Pública possui as habilitações necessárias para executar essas tarefas e tem, pelo menos, a mesma competência dos trabalhadores dos serviços privados", adianta o sindicato.

De acordo com as contas sindicais, "a despesa da Administração Central com "aquisição de bens e serviços correntes" aumentou cerca de 8 por cento até Julho de 2009, correspondendo a um acréscimo superior a 370 milhões de euros.

A dos Fundos Serviços Autónomos (FSA) cresceu quase 9 por cento com a aquisição de bens e serviços correntes, correspondendo a mais 350 milhões de euros.

Neste caso preciso reflectem-se os pagamentos dos serviços prestados no âmbito dos contratos-programa celebrados com os Hospitais Empresarializados. O STE faz igualmente notar que os custos



**Dos três ministérios que mais gastam em aquisições de bens e serviços externos, o das Finanças é o que apresenta maior aumento de despesa, com um crescimento de 34,5 por cento em relação a 2008**

com "aquisição de bens e serviços" dos FSA teve um crescimento de 8,9 por cento, em termos homólogos, até Julho de 2009 (mais 350 milhões de euros), comportamento esse que pode indiciar que esta despesa pode estar de certa forma

descontrolada por ter uma evolução muito superior à registada no ano de 2008 (mais 0,4%). Os elementos a que o Diabo teve acesso mostram que estes gastos têm importância significativa nos ministérios da Administração Interna, da Defesa Na-

cional e do Ambiente.

Esta não é a primeira vez que os sindicatos da Função Pública alertam para o facto do Estado estar a reduzir o número de funcionários para gastar ainda mais a adquirir os serviços a empresas privadas.

## Evolução das despesas com a aquisição de Bens e Serviços

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Em Milhões de Euros							
Aquisição de serviços	2577,8	4390,6	4773,9	5165,6	6390,2	6596,7	6722,2
Em % do PIB	1,9	3,0	3,2	3,3	3,9	4,0	4,1

Fonte: CGE até 2008 e OE-2009 para 2009. \*Previsão

## Despesa do Estado com a aquisição de Bens e Serviços Correntes por ministérios

	Até Jul 2009		Até Jul 2008		Variação Homóloga	
	Milhões euros	%	Milhões euros	%	Milhões euros	%
Defesa Nacional	172,1		179,8		-7,7	-4,3%
Administração Interna	104,2		78,6		25,6	32,6%
Justiça	101,0		92,0		9,0	9,8%
Finanças e Administração Pública	94,7		70,4		24,3	34,5%
Educação	36,0		31,2		4,8	15,4%
Saúde	24,5		21,5		3,0	14,0%
Negócios Estrangeiros	21,5		41,2		-19,7	-47,8%
Agricultura, Desenv. Rural e Pescas	19,8		22,1		-2,3	-10,4%
Presidência do CM	13,6		12,4		1,2	9,7%
Ambiente, Orden. Territ. e Desenv. Reg.	8,2		8,8		-0,6	-6,8%
Cultura	8,1		26,4		-18,3	-69,3%
Trabalho e Solidariedade	7,0		6,4		0,6	9,4%
Economia e Inovação	6,8		6,6		0,2	3,0%
Obras Públicas, Transp. e Comunicações	5,1		2,2		2,9	131,8%
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2,6		2,2		0,4	18,2%
Encargos Gerais do Estado	1,4		1,5		-0,1	-6,7%
<b>TOTAIS</b>	<b>626,6</b>		<b>603,4</b>		<b>23,2</b>	<b>3,8%</b>

(ordenado por ordem decrescente até Julho de 2009)

Fonte: Boletim Informativo da DGO de Julho de 2008 e 2009